



Faustino dos Santos*

RESUMO

O problema da verdade está longe de se dar por encerrado. Muitas foram e são as teorias e justificativas para tentar solucionar a pergunta sobre a verdade das coisas, das pessoas e até de Deus. As religiões, enquanto formas culturais da expressão da salvação divina, sempre apresentaram suas razões de verdade. Mas o manuseio de tais verdades está localizado num misto de contradição e acerto. Se a defesa da vida e o esforço por torná-la mais digna, tal como o desejo de Deus para a humanidade, pode ser considerada uma das formas mais assertivas da defesa da verdade, por outro lado, a pretensão de superioridade em nome de tais verdades provocou atozes desumanidades ao longo da história, muitas vezes justificadas sob o critério de separação entre salvos e não-salvos. Considerando tais perspectivas, esse artigo tem a finalidade de colocar essas duas posturas em questão visando mais uma problematização do tema que uma solução para o problema.

Palavras-chave: Religião. Verdade. Deus. Dignidade humana.

Religions and the question of truth: between contradictions and the criteria of human dignity

ABSTRACT

The problem of truth is far from closed. Many were and are the theories and justifications to try to find or solve the question about the truth of things, of people, and even of God. Religions, as cultural forms of the expression of divine salvation, have always presented their reasons for truth. But the handling of such truths is located in a mix of contradiction and rightness. If the defense of life and the effort to make it more worthy, as God's wish for humanity, can be considered one of the most assertive forms of the defense of truth, on the other hand, the pretension of superiority in the name of such truths has caused atrocious inhumanities throughout history, many times justified under the criterion of separation between the saved and the unsaved. Considering these perspectives, the purpose of this article is to put these two positions in question, aiming more at problematizing the theme than at solving the problem.

Keywords: Religion. Truth. God. Human dignity.

As religiões e a questão da verdade: entre
contradições e o critério da dignidade humana

Introdução

O problema da verdade no percurso dos tempos sempre foi motivo para elaboração das mais variadas teorias. A questão da verdade já foi descrita sob diferentes perspectivas. Porém, as muitas explicações sobre o que é a verdade do mundo, do homem, de Deus, da natureza, e das coisas, de maneira geral, não conseguiram, e certamente não conseguirão, exaurir tais questões. A Verdade continua indefinida mesmo diante das múltiplas “verdades” que são dadas no mundo. Existe uma única verdade? Ela é acabada? Será que a verdade tem um fim em si mesma? A que verdade eu pertencço? Que verdade sou eu? Existe uma verdade que une a todos? O fato é que, segundo Hans Küng (1999, p. 262) “a questão da verdade é inevitável”, embora as respostas em torno de si não consigam ser facilmente solucionadas.

1 Um rápido olhar sobre a questão da verdade

Se seguirmos o conceito filosófico baseado na definição grega *alétheia*¹, continuaremos sem uma definição precisa, afinal ela poderá ser pensada dentro de vários horizontes. Nessa vertente, a verdade estará apoiada em várias teorias elaboradas desde a Antiguidade, seja do ponto de vista objetivo ou do ponto de vista subjetivo, ou ainda dentro do horizonte pragmático, levando em conta a ideia tomista que o conhecimento deve servir à vida (cf. AQUINO, 1997, p. 93).

Se observada a partir do aspecto religioso, que é o ponto de vista que nos interessa, notaremos que ao longo da história, e “em nome de Deus”, houve uma hegemonia da verdade por parte de algumas instituições, como é o caso do Cristianismo. Nesse aspecto religioso, a noção de verdade tem a ver com o tema da salvação das pessoas.

Hans Küng aponta um elemento sobre a relação estabelecida entre religião e verdade:

Nenhum problema produziu na história das Igrejas e das religiões tantas controvérsias, tantos conflitos sangrentos e até tantas ‘guerras de religião’ como o problema da verdade. Em todos os tempos e em todas as Igrejas e religiões, o fanatismo cego pela verdade atormentou, queimou, destruiu e

¹ Literalmente “des-esconder” ou “esconder nada”.

assassinou impiedosamente. Não raro, a consequência foi o cansaço da verdade, a desorientação e o abandono das normas, de modo que muitos já não creem em nada (KÜNG, 1999, p. 262).

De fato, muitas dissidências e mortes foram praticadas em nome da verdade única pregada pela Igreja no controverso período inicial da cristandade. A verdade da instituição religiosa se confundia com aquela dos interesses do Império em sua sede de submeter tudo e todos às suas leis.

Embora esse discurso com pretensões absolutistas tenha perdurado por tanto tempo – razão por que até hoje ainda encontramos seus resquícios – não faltaram tentativas de acordos em torno dessas verdades. Uma possibilidade para fugir do cenário conflitivo entre as Igrejas cristãs e as religiões é a busca comum por um diálogo tanto ecumênico quanto inter-religioso. Para a Igreja, esse esforço só começa a ser do seu interesse, do ponto de vista formal, no final do século passado.

2 Relação Igreja e Verdade

Hans Küng afirma que a questão sobre a verdade gera conflitos intermináveis. Chegar a um consenso sobre ela se apresenta como desgastante e pode gerar posturas bastante inconsequentes.

Não é difícil encontrar uma associação do monopólio da verdade à Igreja Católica no passado. Ela, autodefinida como associação divina na terra, desde o período de sua aproximação com o Império Romano, identificou-se com a administração terrena do querer divino. Ou seja, seria ela a capacitada, provida de autonomia para salvaguardar ou antecipar as pessoas da condenação eterna caso não aderissem à sua doutrina que, diga-se de passagem, na época confundia-se com os interesses do Império Romano.

A autoafirmação eclesial sobre a administração do juízo divino “foi preparada nos primeiros séculos cristãos por Orígenes, Cipriano e Agostinho e definido pelo IV Concílio do Latrão (1215) ‘*Extra ecclesiam nulla salus!*’ [Fora da Igreja não há salvação!]” (KÜNG, 1999, p. 265).

Ao longo da história, esse “dogma absolutamente excludente [...] nunca foi corrigido abertamente porque era um dogma infalível” (KÜNG, 1999, p. 266). Essa

proposição “por uma verdade que se pretende única” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 169) perdurou até o Concílio Vaticano II que, por sua vez,

[...] alegando a vontade e o plano salvífico universal de Deus, e sem corrigir formalmente aquele axioma, declarou em sua Constituição sobre a Igreja (1964): “Todos os que buscam a Deus sinceramente procuram cumprir a sua vontade, conhecida por meio da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça podem obter a salvação” (LG, n. 16). E, na Declaração sobre as religiões não cristãs, o reconhecimento das outras religiões culmina na frase: “A Igreja católica não rejeita o que é de verdadeiro e santo em todas as religiões” (*Nostra Aetate*, n.2). (KÜNG, 1999, p. 266).

Com essa afirmação conciliar, a posição tradicional da Igreja Católica deixa de ser o pronunciamento oficial e abre a possibilidade de as demais religiões possuírem autonomia salvífica e, por isso, serem consideradas caminhos de salvação.

Não se pode negar que a religião imersa no universo plural vigente, dependendo da forma como se apresenta, pode se configurar como uma alternativa para as questões do destino e da verdade do ser humano. Ela existe como um modo de fugir daquilo que Schillebeeckx chama de “relativismo radical” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 168), distante de referencialidades e cheio de desesperanças. Mas, por outro lado, é imprescindível fugir do perigo da autorreferencialidade e tomar distância do sentimento de superioridade² que pode gerar as mais cruéis desumanidades.

A opção da Igreja do Vaticano II estabelece um novo vínculo com a verdade. Abrindo-se à compreensão que a Igreja não é a única detentora da verdade, ela alarga a compreensão do sentido da vida, do mundo e de Deus. Além do mais, ela resgata o autêntico sentido do ser religioso que está imbricado na relação com o transcendente, que se dá de modo livre e diverso na vida humana, e que a convida à unidade.

Reconhecer a pluralidade da vida e afirmar que nela não há quem seja o mais soberano detentor da verdade requer uma atitude de humildade frente aos outros e pressupõe disposição para aprender com o diferente nas suas expressões e nas suas experiências singulares.

² O que Schillebeeckx chama de Dogmatismo Terrorista que acreditam possuir o monopólio da verdade e que por isso [...] colocam sob suspeita, marginalizam e descartam sem piedade todos quantos pensam de maneira diferente (cf. SCHILLEBEECKX, 1997, p. 168).

3 Verdade entre teoria e prática

Não queremos aqui levantar o problema complexo entre teoria e prática do ponto de vista de quem detém a primazia de uma sobre a outra. Aqui apresentaremos a relação da coerência entre o que se diz e como se age na perspectiva das religiões.

Considerando a relação da verdade com a Igreja cristã do passado, claramente se denota que a postura de imposição era, entre vários fatores, fruto de uma perspectiva teórica sobre as suas verdades internas, que muitas vezes contradizia o horizonte prático libertador daquele que é o normativo da fé, isto é, Jesus de Nazaré. Desse modo, na própria prática da Igreja se escancarava que “as fronteiras entre a verdade e a falsidade também passam pela religião” (KÜNG, 1999, p. 272). Essa realidade também se estende a outras religiões como é o caso da “ordem de castas hinduístas, na forma shakti do budismo tântrico com suas práticas sexuais ou nas ‘guerras santas’ e as penas cruéis do Islamismo” (KÜNG, 1999, p. 274).

Com isso não se afirma que as verdades que cada religião acredita devam ser negadas. O que se defende é que tais verdades não devem ser usadas arbitrariamente sobre os outros, afinal, os critérios de verdade da religião “só podem ser relevantes e obrigatórios para ela própria e não se estende aos outros” (KÜNG, 1999, p. 274).

O fato é que o problema da verdade não é simples e “não se resolve apenas em pura teoria” (KÜNG, 1999, p. 273). Hans Küng nos ajuda a entendê-lo.

O que é a verdade não se descobre em um sistema de proposições verdadeiras sobre Deus, o homem e o mundo, e tampouco em uma série de artigos de fé, diante dos quais qualquer outra expressão seria falsa. É preciso contar, além disso com a práxis, com o caminho da experiência, do esclarecimento e confirmação, ao mesmo tempo que o da iluminação, redenção e libertação (KÜNG, 1999, p. 273).

E ainda,

se a religião garante um sentido último e total à nossa vida e à nossa morte, se anuncia valores mais elevados e indelévels, se impõe normas obrigatórias e incondicionais para nossa conduta ativa e passiva e, finalmente nos oferece uma pátria espiritual, tudo isso significa que as dimensões do verdadeiro (*verum*) e do bom (*bonum*), daquilo que faz sentido e que tem valor se interpenetram na religião (KÜNG, 1999, p. 273).

Da mesma forma que uma verdade pode proporcionar bons frutos, uma *des*-verdade ou uma verdade que visa interesses particulares provoca muitos danos. O que se espera é que as religiões, tendo passado pelo crivo da consciência da correta verdade, possam praticar ações que dignificam a vida e também a própria religião, e não sejam instrumentos de morte e ruína.

4 A dignidade da vida como critério da verdade

O conceito de verdade possui implicado em si razões de positividade, e não de negatividade. Mas há de se concordar que há muitas contradições em torno disso. Há quem manipule a verdade, há quem considere que é portador da verdade, há quem se iluda com a própria verdade. O fato é que a verdade nem sempre é utilizada com essa perspectiva positiva que o termo sugere.

Considerando que as religiões são regidas por uma ou mais lógicas de verdade, afirmação que é consensual, mesmo assim não estão alheias às contradições. Em meio a esse misto de positividade e negatividade, o que legitima ou deveria legitimar a verdade de uma crença religiosa? A resposta é simples. Para uma religião dar provas da verdade em que acredita, ela precisa demonstrar o quando é boa, e isso é feito quando há a promoção da paz, da justiça e quando ela é promotora da dignidade da pessoa humana e da natureza.

As religiões, portanto, dão prova da sua verdade nas suas ações. Quanto mais digna tornar a vida do homem, tanto mais é verdadeira uma religião. Segundo Pedro Casaldáliga (2003 *in* DAMEN et. al., p. 7), “a religião é para a vida”, ou mesmo “a religião é para o ser humano” (CASALDÁLIGA, 2003, p. 6). E por que é assim? Pelo que nos parece óbvio, se Deus é aquele cujas religiões concebem como a bondade infinita, não é do Seu feitio promover ações de maldade ou de injustiça. Se assim o fosse, ele negaria sua natureza amorosa. Se as religiões, tal como o próprio nome sugere, são formas culturais da expressão da salvação divina, então é função delas tornar possível a experiência do humano com Deus e com o seu projeto de liberdade, justiça e amor. Ou seja, se as religiões têm por objetivo re-ligar o humano com O sumamente bem e bom, então elas dão prova do quanto são falsas quando não promovem a vida, mas a violência e a injustiça que são desaprovadas por Deus.

Se o cristianismo for fiel ao testemunho de Jesus de Nazaré, que teve sua vida voltada para o fazer divino pela efetivação do reinado de Deus, então ele dará provas da sua mais importante verdade, pois será agente de inclusão, de reinserção na vida social, na prática do bem e da dignidade dos excluídos. O mesmo serve para as outras religiões quando se dedicam ao serviço à vida.

Diante dessa conjuntura, Küng sistematiza as religiões a partir de uma criteriologia positiva e negativa. A positiva versa que “uma religião é verdadeira e boa na medida em que serve à humanidade” (KÜNG, 1999, p. 279). A negativa, por sua vez, diz que “uma religião é falsa e má na medida em que provoca desumanidade” (KÜNG, 1999, p. 279).

Assim como é próprio da verdade a positividade, é próprio da religião o compromisso com o bem, o bom e o belo, porque eles são sinônimos para o Absoluto que habita em cada uma delas. E o fato de cada uma trazer em si parte do Absoluto faz com que cada religião deva respeitar as singularidades divinas presentes nas demais religiões. Para agir desse modo não é preciso negar a sua fé, mas não esquecer que é a partir dela que cada religião deve se sentir convocada a partilhar e, ao mesmo tempo, se abrir ao aprendizado.

5 A busca da verdade como caminho possível para o encontro das religiões

Na busca pela verdade, que é a prática ou o exercício da bondade divina, as religiões acabam descobrindo muitos elementos comuns. De acordo com a Conferência Mundial das Religiões pela Paz realizada em Kyoto em 1970, “quando estivermos juntos para tratar do importantíssimo tema da paz, descobriremos que as coisas que nos unem são mais importantes do que as coisas que nos separam”. Em outras palavras, quando as religiões se dispuserem a buscar a verdade que move a vida, então elas sentirão a necessidade de se unirem.

Jürgen Moltmann afirma:

O diálogo deve girar em torno da pergunta pela verdade, mesmo que não seja possível chegar a um consenso em relação a ela. Pois o consenso não é o objetivo do diálogo. Se um dos parceiros for convencido pelo outro, acaba o diálogo. Quando dois dizem a mesma coisa, um deles está sobrando (MOLTMANN, 2004, p. 28-29).

A busca da verdade não deve se confundir com os conflitos que giram em torno dela. Investigar a verdade é buscar o compromisso comum que ela provoca, ainda que isso gere discordâncias. É próprio da verdade unir e não dividir. Mas a unidade que ela provoca não é unilateral ou parcial, é diversa e múltipla. Se a verdade é buscada a partir dos seus próprios ideais, então a sua procura desemboca em separação; porém, quando se busca nela o critério para o encontro, então ela une mesmo com todas as diferenças.

Apesar da difícil tarefa de chegar a um acordo sobre a verdade, no âmbito religioso falar dela é referir-se a uma única e que une a todos, nesse caso, fala-se de um Deus único que se manifesta de diferentes modos. A busca pela Verdade com propósito se traduz em uma forma de transformação das dissidências na tentativa por reconquistar a unidade proveniente de Deus.

Se as religiões se importassem com seriedade sobre a questão da busca da verdade, o diálogo entre elas seria bastante eficaz. Elas despertariam, de acordo com José Maria Vigil (2003 *in* DAMEN et. al., p. 130), para o fato de que

[...] a verdade tem um caráter mais inclusivo que excludente, mais prático que teórico, mais evolutivo que fixo, mais histórico que físico ou natural. A verdade é como a vida: está em crescimento, em desenvolvimento, em evolução. Nunca a teremos acabada, mas vamos percebendo-a progressivamente.

Na busca pela verdade, as religiões reconhecem que nelas existem a verdade, mas não em plenitude e de maneira esgotada, de modo que a parcela da verdade que existe em uma não é, necessariamente, nem a mesma nem existe na mesma quantidade que há na outra. Desta feita, há a necessidade de uma relação para que se aprenda com a outra a partir daquilo que ela tem e vice-versa. Ou seja, a busca da verdade favorece um intercâmbio de dons. E mesmo que haja essa complementaridade inter-religiosa, a Verdade não é esgotada porque ela não se confunde com os limites da vida.

Se as religiões identificam a verdade como Deus, então

[...] a luz de Deus não se aprisiona em nenhuma religião. Qualquer religião, por ser também humana e cultural, é incapaz de limitar em si toda a riqueza de Deus, podendo encontrar fora de si, em outras religiões, outros lampejos da luz de Deus que em si mesma não captou da mesma forma e com a mesma intensidade. Assim, a partir de uma perspectiva mais especializada teologicamente, pode-se dizer que a doutrina cristã da Trindade necessita um

pouco da insistência islâmica na unidade de Deus; que o vazio impessoal do Budismo necessita da experiência cristã do Tu divino; que os conteúdos profético-práticos do judeu-cristianismo se complementariam sadiamente com o acento oriental da contemplação e a gratuidade da ação (VIGIL, 2003, p. 124).

O espírito da diversidade religiosa diante da Verdade que as alcança diz respeito a “atitudes de escuta incansável, de holismo integral, de tolerância, de complexidade e inter-relacionalidade, enfim de humildade. Por isso é difícil o diálogo com os que estão presos no velho modelo de verdade” (VIGIL, 2003, p. 131).

Para que haja esse intercâmbio é necessário reconhecer, conforme afirmou o Concílio Vaticano II na Declaração Conciliar *Nostra Aetate* (2007, n. 2), que em cada crença existem “lampejos da verdade que ilumina todo homem” e que não se pode rejeitar “o que há de verdadeiro e santo nestas religiões” (*Nostra Aetate*, n. 2). Tal afirmação, conforme nos apresenta Mário de França Miranda (1995, p. 330), é

[...] de cunho sacramental, enquanto visibilizam a oferta salvífica de Deus, e funcional, enquanto conscientizam o homem para responder à mesma. Pois assim como só Deus pode se revelar a si próprio, do mesmo modo só Deus pode salvar o ser humano. Somos sempre salvos por Deus, podendo sê-lo em e através de uma religião.

Desta feita, o encontro entre as religiões favorece um mútuo conhecimento e recíproco enriquecimento sobre a Verdade que salva e liberta.

Considerações Finais

Depois desse breve percurso, percebe-se que a questão da verdade é, ao mesmo tempo, difícil de ser descrita, muitas vezes mal interpretada, mas também possível de ser utilizada com a positividade e comprometimento que o próprio conceito sugere.

Se, de um lado, muitas mortes e atrocidades foram provocadas pela manutenção de um sentimento de superioridade no passado, nos dias atuais, marcadamente plurais, a utilização de uma verdade absoluta do ponto de vista cultural ou religioso, por exemplo, é uma atitude a ser evitada e, ao mesmo tempo, superada, se essa prática continua existindo. Isso não significa a abolição da verdade em que

se acredita, mas o reconhecimento que nenhuma estrutura ou instituição é capaz de comportar unicamente em si toda a verdade das coisas, do mundo e de Deus.

A convicção e a prática da verdade requerem respostas esperançosas frente a pergunta sobre a existência humana, e, conforme foi apresentado, responder a ela com questões fundamentalistas ou relativistas parece insuficiente. É necessário, portanto, que as religiões sejam submetidas àquilo que Edward Schillebeeckx chama de “crítica da dignidade humana”, em que cada uma delas, que têm a finalidade de estabelecer relações autênticas com o Absoluto, sejam encorajadas a “produzir mais humanidade em todos os setores da vida” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 171).

Essa promoção da dignidade da vida é, portanto, a condição que garantirá se o seguimento dessa ou daquela religião é verdadeiro. Será esse, também, o critério que fará com que as religiões se sintam, dentro da sua limitação histórica, capazes de unir forças a outros grupos e religiões na luta comum em favor da vida, sobretudo da vida ameaçada.

Na busca pela verdade, cada religião compreende que as questões particulares de cada crença, embora não devam ser negadas, também não devem ser utilizadas como armas contra aqueles que diferem no modo de conceber a vida ou a própria crença. Impor uma verdade particular sobre outros é agir com violência, o que contradiz a essência divina presente em cada religião que anseia pela paz dirigida a todos, e essa, por sua vez, é conseguida pela prática da justiça.

Compete à religião, portanto, fixar-se no que de essencial e mais verdadeiro existe nela, ou seja, no seu “potencial salvífico-humanizador” (AQUINO JUNIOR 2012, p. 374) que é capaz de gerar vida abundante a todos conforme desejado pela vontade divina.

Referências

AQUINO, Santo Tomás de. **Verdade e Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

AQUINO JUNIOR, Francisco de. Diálogo inter-religioso por uma cultura de paz. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 359-375, jul./dez. 2012.

CASALDÁLIGA, Pedro. Prólogo. *In*: DAMEN, Franz; LAMPE, Armando. *et. al.* **Pelos muitos caminhos de Deus: Desafios do Pluralismo religioso à teologia da Libertação**. Goiás: Rede, 2003.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Declaração *Nostra Aetate* sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs.** São Paulo: Paulinas, 2007.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho:** fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

MIRANDA, Mário de França. O Pluralismo religioso como desafio e chance. **Revista Eclesiástica Brasileira**, fasc. 218, jun./1995.

MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica:** caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHILLEBEECKX, Edward. **A história humana –** Revelação de Deus. São Paulo: Paulus, 1994.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Religião e Violência.** Concilium. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIGIL, José Maria. Espiritualidade do Pluralismo Religioso – Uma experiência espiritual emergente. *In*: DAMEN, Franz; LAMPE, Armando. et. al. **Pelos muitos caminhos de Deus:** Desafios do Pluralismo religioso à teologia da Libertação. Goiás: Rede, 2003.

Recebido em: 13/10/2022.

Aprovado em: 27/04/2023.